



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 20 DE JANEIRO DE 2025

Altera o inciso I e parágrafo único do art. 15, da Lei Complementar Municipal nº. 159 de 07 de agosto de 2015, modifica o *caput* e o parágrafo segundo do art. 15-A, da Lei Complementar Municipal nº. 159 de 07 de agosto de 2015, e revoga o parágrafo terceiro do artigo 15-A da Lei Complementar nº 159, de 07 de agosto de 2015.

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Artigo 1º. O inciso I e parágrafo único do artigo 15, da Lei Complementar nº 159, de 07 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

I - setenta por cento ao Procurador-Geral, Procurador Municipal e Assistentes Jurídicos, por rateio mensal equitativo;

[...]

Parágrafo único. Os valores recebidos a título de honorários advocatícios pelo Procurador-Geral, Procurador Municipal e Assistentes Jurídicos somente integrarão a remuneração do servidor para cálculo do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, in finis, da Constituição Federal.

Artigo 2º. O *caput* e parágrafo segundo do artigo 15-A da Lei Complementar nº 159, de 07 de agosto de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15-A. Ao Procurador-Geral, Procurador Municipal, Assistentes Jurídicos e Servidores efetivos que estejam em exercício e lotados no setor da Procuradoria-Geral do Município, será garantido o direito ao rateio das receitas ao Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Executivo Fiscal do Município de Santo Amaro da Imperatriz – FURESAI, que na data do rateio estejam:

[...]

§ 2º O Procurador-Geral, o Procurador Municipal e os Assistentes Jurídicos que estiverem afastados por motivo de licença sem vencimentos ou à disposição de outras entidades, assim como já estejam exonerados, aposentados ou demitidos não receberão os honorários de que trata esta Lei Complementar.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

Artigo 3º. Revoga-se o parágrafo terceiro do artigo 15-A da Lei Complementar nº 159, de 07 de agosto de 2015.

Artigo 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de janeiro de 2025.

GUSTAVO JOSÉ DE ABREU
Prefeito Municipal

